



PGR-00294310/2016

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA  
2ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

**INSTRUÇÃO DE SERVIÇO 2CCR/MPF Nº 1, DE 13 DE OUTUBRO DE 2016.**

*Dispõe sobre a atividade de apoio à persecução de crimes de lavagem de dinheiro pelo Grupo de Apoio sobre Lavagem de Dinheiro (GALD) mediante pedido do procurador natural.*

A 2ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no artigo 62, inciso I, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e conforme deliberação ocorrida na 119ª Sessão de Coordenação, de 3 de outubro de 2016, resolve:

Art. 1º Desenvolver atividade de apoio a membros do MPF titulares de procedimentos e/ou processos envolvendo crime de lavagem de dinheiro, a ser desempenhada por membros integrantes do Grupo de Apoio sobre Lavagem de Dinheiro (GALD) nos casos em que houver pedido do procurador natural.

Art. 2º Uma vez recebido o pedido de apoio do procurador natural, a 2ª CCR o encaminhará ao GALD, ao qual caberá opinar sobre sua pertinência e, em caso afirmativo, a modalidade e a extensão do apoio a ser implementado, bem como o membro do GALD a ser indicado para prestá-lo.

Parágrafo único – Ao opinar sobre a indicação de membro para prestar o apoio, o GALD levará em consideração o conhecimento técnico requerido no caso.

Art. 3º Após consultar o GALD, 2ª Câmara deliberará sobre o pedido e, no caso de aprová-lo, indicará membro para prestar o apoio, ouvindo também o procurador natural.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA**  
**2ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO**

Art. 4º Os critérios para indicação pela 2ª CCR são:

- I – preferência para o membro lotado na mesma região em que atua o procurador natural ou cujos custos de transporte sejam menores;
- II – conhecimento técnico, segundo opinião do GALD (art. 2º, parágrafo único);
- III – ordem da lista de rodízio

Parágrafo único – A lista de rodízio será composta dos membros integrantes do GALD, inicialmente classificados, quando da constituição da lista, por antiguidade.

Art. 5º Sendo necessário o deslocamento do membro indicado, a 2ª CCR tomará as providências necessárias ao pagamento de diárias e à emissão de passagens.

Art. 6º O apoio poderá consistir na discussão e na sugestão de estratégias de investigação e processamento, bem como em atuação conjunta com o procurador natural solicitante na elaboração de peças processuais (pedidos de quebras, medidas assecuratórias, pedidos de prisão, etc.).

Art. 7º Quando houver a necessidade de apoio mais extenso por razões de complexidade ou potencial crescimento do caso, poderá ser deliberada pela 2ª CCR a formação de força-tarefa, ouvidos o procurador natural e o membro destacado para o apoio.

Art. 8º Nas situações que requererem designação pelo Procurador-Geral da República, a 2ª CCR adotará as providências necessárias.

Art. 9º Caberá ao membro que prestar o apoio, após seu encerramento, no prazo de 1 (um) mês, elaborar relatório dirigido à 2ª CCR e ao GALD, descrevendo as medidas adotadas para fins de documentação e compartilhamento de conhecimento.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA**  
**2ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO**

Parágrafo único – O membro que não apresentar relatório fica impedido de indicação para nova ação de apoio.

Art. 10 Vigorarão nos afastamentos, quando necessários, as regras de substituição previstas no Ato Conjunto PGR/CASMPU nº1/2014, ouvido o Procurador-Chefe na unidade, a não ser que haja portaria de designação dispondo de forma diversa.

Art. 11 Os casos omissos serão resolvidos pela 2ª CCR.

Art. 12 Esta Instrução de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

Assinatura manuscrita em tinta azul, com uma traçada decorativa no final.

Luíza Cristina Fonseca Frischeisen  
Subprocuradora-geral da República  
Coordenadora da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão